

4
Cet

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Abrantes – Ata nº 07/2023

Data – 18-04-2023

Início – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no auditório do Edifício Pirâmide – Alto de Santo António

Termo – 12.18 horas

Presenças:

Presidente	Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis (PS)
Vereadores	João Carlos Caseiro Gomes (PS) Celeste Maria Ferreira Riachos Simão (PS) Luís Filipe Correia Dias (PS) Helena Raquel Olhicas Frade de Jesus (PS) Vítor Manuel Piedade Moura (PPD/PSD) Vasco Guilherme Pissarreira Coelho Damas (ALTERNATIVAcom)

A Chefe da Divisão Administrativa – Catarina Alexandra Justino Santos



Resumo Diário da Tesouraria de 17-04-2023:

a) Dotações Orçamentais	14.044.013,38€
b) Dotações não Orçamentais.....	50.085,43€

Total das Disponibilidades 14.094.098,81€



O Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(nº 6 do artigo 49º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Esteve presente na reunião de câmara o munícipe Abílio Manuel Pires da Silva Dias, residente em Abrantes, que veio interpelar a autarquia pelo facto de ter apoiado financeiramente a construção de uma casa de banho num terreno que é sua propriedade, junto ao Bairro do Lazareto, em Abrantes.

O munícipe Abílio Manuel Pires da Silva Dias disse que já esteve reunido na Câmara Municipal com o Vereador João Gomes, que está a par dos acontecimentos. Reiterou que não quer aquela construção na sua propriedade, até porque escorre um esgoto a céu aberto para o seu terreno. Disse que a Câmara Municipal já demonstrou algum interesse na aquisição daquela parcela de terreno e que ele até estaria interessado nessa venda. Relatou um episódio que aconteceu quando se encontrava a limpar o terreno e a viatura da sua filha foi danificada propositadamente por uma residente naquele local, que lhe partiu um vidro. Por esta razão já não pretende vender o terreno, mas sim que a Câmara Municipal mande demolir a construção.

Disse que esta situação já se arrasta há bastante tempo e que foi informado pelo Vereador João Gomes que a autarquia não poderia demolir por não ser proprietária – tendo que seguir a tramitação necessária para ordenar a demolição.

Depois, deu mais alguns pormenores acerca dos acontecimentos e da sua situação de saúde que inspira alguns cuidados.

O Presidente da Câmara disse que efetivamente a autarquia tem conhecimento da situação relatada, sublinhando que a autarquia apoiou financeiramente a construção de casa de banho, motivada pela situação em que vivia a família. O apoio não seria para a sua construção no terreno do munícipe, nem tal seria admissível. Quando se constatou a construção nesse terreno, procurou-se, como o proprietário, regularizar a situação com a aquisição do terreno.

Referiu-se à Estratégia Local de Habitação, através da qual a autarquia pretende fazer ali a construção de novas edificações e a demolição de algumas estruturas degradadas, no sentido de resolver os problemas e criar mais condições para quem lá vive. Para tal, é importante que seja feita uma reunião no sentido de se perceber e calendarizar as ações que se pretendem desenvolver.

O munícipe interpelou novamente o Presidente da Câmara, tendo o Presidente da Câmara referido que a situação já havia sido exposta e que já lhe havia respondido. Disse ainda que não era o momento de entrarem em diálogo e que o munícipe já havia feito a sua intervenção. Contudo, por uma questão de cortesia e boa educação, permitiu o uso novamente da palavra, pedindo ao munícipe que terminasse a sua intervenção.

O munícipe disse que o Presidente da Câmara não seria mais bem-educado que ele, nem teria mais formação que ele, apresentando mais algumas considerações acerca do Presidente da Câmara, que lhe respondeu que essas questões nada tinham a ver com o assunto em discussão.

O munícipe terminou, referindo que o assunto seguirá para Tribunal e que quer ver o problema resolvido em 8 dias, porque quer usufruir do seu terreno, pelo qual paga impostos.

O Vereador Vítor Moura questionou se poderia intervir neste momento da reunião, de acordo com o Regimento, tendo trocado alguns argumentos com o Presidente da Câmara, que lhe disse que, em seguida, no seu período de intervenção poderia pronunciar-se sobre este assunto, se o entendesse.

O Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao período de intervenção dos membros do executivo.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(artigo 52º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

O Presidente da Câmara deu conta que no dia anterior, dia 17 de abril, era para ter tido uma reunião com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, no entanto, não foi possível a sua realização, por questões de agenda do Senhor Secretário de Estado, ficando a mesma de ser remarcada para os próximos dias.

A reunião tem a ver com a questão da gestão da ponte rodoviária e ferroviária de Mouriscas, bem como de outros assuntos relacionados com as infraestruturas rodoviárias do concelho.



Deu conta que, no dia 17 de abril, a Vereadora Raquel Olhicas esteve presente na cerimónia de assinatura do protocolo com o CHMT – Centro Hospitalar do Médio Tejo, que visa a Hospitalização Domiciliária para utentes da Santa Casa da Misericórdia de Abrantes.

Este é um modelo de futuro, pois os utentes recebem os cuidados de saúde altamente diferenciados a partir do conforto do lar, em vez de estarem numa enfermaria e numa cama de hospital, acrescentando que hoje à tarde, têm uma reunião com o CHMT e mais IPSS's com o mesmo objetivo.

Este é, de acordo com os especialistas, um modelo seguro e humanizado, onde são inequívocos e há muito unânimes, os ganhos em saúde na implementação da Hospitalização Domiciliária, reforçando a segurança dos doentes, com a minimização de possíveis infeções.

Estar internado em "casa" (Lar) promove também maior humanização dos cuidados de saúde e aumenta os níveis de satisfação do utente e dos seus familiares, prevenindo complicações associadas ao internamento convencional, como descompensações emocionais, nos mais idosos devido a quebras súbitas de rotinas, ou mesmo quadros depressivos decorrentes de internamentos mais longos.



Deu conhecimento que no passado dia 12 de abril, a convite do Núcleo de Abrantes da Liga dos Combatentes, esteve na cerimónia do 105º Aniversário da Batalha de La Lys e do Dia do Combatente, uma cerimónia que decorreu no Jardim da República, em Abrantes, junto ao Monumento aos Mortos da Grande Guerra, onde se fez a habitual deposição de uma coroa de flores.

O Presidente da Câmara deu conhecimento que no dia 14 de abril, a convite da empresária, esteve com a Vereadoras, Celeste Simão e Raquel Olhicas, na reabertura do restaurante típico da Cascata – Prelúdio, onde também estiveram presentes os Vereadores, Vítor Moura e Vasco Damas.

Felicitaram a empresária por continuar a investir na restauração do nosso concelho e desejaram os maiores sucessos para o futuro.



No dia 15 de abril, esteve com o Vereador Luís Dias, no Colóquio do Tramagal Sport União - Um caminho de 100 anos, onde tiveram oportunidade de falar sobre desporto, da vila do Tramagal e sobre a bonita história de 100 anos de um grande clube do nosso concelho.

Mais uma vez, endereçaram parabéns ao TSU.



Igualmente no dia 15 de abril, esteve presente na inauguração da Exposição Bibliotecas Itinerantes - Lugares de Futuro na Biblioteca Municipal António Botto, em Abrantes, que contou com a apresentação do livro "Homens Livro" de Bento Rodrigues, Carlos Marta e Rui Guedes.

Referiu que se trata de uma exposição muito relevante, com a participação de vários municípios, com o Município da Sertã a liderar este processo, com o apoio de Reguengos de Monsaraz, Cascais, Miranda do Corvo e Castelo Branco.



No passado dia 16 de abril, esteve presente em Carvalhal, para assistir a um jogo de carácter solidário, relacionado com o Centro de Dia de Souto.



Em seguida, deixou dois alertas à comunidade em geral, a saber:

1) Ação Social Escolar – ano letivo 2023/2024

Relembrar os pais e encarregados de educação que estão disponíveis no site da Câmara Municipal de Abrantes os formulários para aferir as necessidades dos alunos com inscrição no ensino pré-escolar e matrícula no 1º ciclo, que já frequentam ou irão frequentar pela primeira vez, os estabelecimentos de ensino do concelho de Abrantes ao nível de auxílios económicos, refeições e transportes escolares

O prazo para submissão do formulário termina a 30 de junho de 2023.

Em caso de dúvida no preenchimento, poderá contactar os Serviços do Município através do email educacao@cm-abrantes.pt.

2) Campanha "Portugal Chama" - limpeza de terrenos

Até 30 de abril, estão a decorrer os prazos para limpeza dos terrenos numa faixa de 50 metros à volta das casas e de 100 metros à volta dos aglomerados populacionais. Evite coimas | Limpe os seus terrenos | Pela sua família | Pela sua casa | Pela sua aldeia.



O Presidente da Câmara na sequência da questão colocada pelo Vereador em substituição Diogo Valentim, relativamente aos processos de recrutamento e outros, informou que no âmbito da Fundação FEFAL, a autarquia tem 14 trabalhadores do Programa Qualifica, considerando ser muito importante ter este número de trabalhadores à procura das suas requalificações e qualificações, quer ao nível dos diversos anos de escolaridade, assim como, a nível superior. Informou também que, no que diz respeito aos processos concursais do FEFAL, continuam a acreditar que os trabalhadores e os serviços dão respostas transparentes e efetivas a esses processos, assim como evitam as custas, porque externalizar estes procedimentos, obviamente que falam de muitos milhares de euros para comprar estes serviços externos de processos concursais, sobre os quais nenhum dos gestores políticos tem alguma coisa a ver.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

A Vereadora Celeste Simão fez referência à segunda edição do Festival das Juventudes, a levar a efeito entre os dias 4 e 6 de maio de 2023, no Parque Urbano São Lourenço, em Abrantes. À semelhança do ano passado, trata-se de um festival que não tem só atividades lúdicas, pelo que, dividiram o mesmo em duas partes.

O >Festival propriamente dito, terá a atuação de grupos locais e de outros nacionais e haverá também a realização da Feira da Oferta Formativa.

O que se pretende com este festival, é a promoção de uma maior dinamização e visibilidade do trabalho desenvolvido pelos e para os jovens, tendo em conta que as associações de estudantes e os grupos de escoteiros vão estar diretamente envolvidos.

Pretende-se também promover um espaço de partilha e participação dos jovens no que se refere às atividades lúdicas e no que diz respeito à Feira da Oferta Formativa, a ideia é convidar a estarem presentes os Agrupamentos de Escolas, a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural, a Escola Superior de Tecnologia da Abrantes, a Universidade Aberta, o Instituto de Português do Desporto e da Juventude, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Tagusvalley, a PSP, a GNR o RAME, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Abrantes, a Cruz Vermelha Portuguesa e um stand da Câmara Municipal de Abrantes, onde são divulgadas diversas informações.

Explicou que todas estas entidades estarão presentes na Feira da Oferta Formativa para desmistificar aquilo que são algumas profissões que os jovens por vezes não enveredam muito por elas.

Disse que será feito o lançamento de um folheto sobre a oferta formativa que resulta da concertação da oferta formativa do concelho.

✓
Cet

Durante a realização deste Festival, também estará presente um acampamento escotista com uma demonstração das suas atividades e haverá também uma exposição do centro de recolha oficial com a campanha "Adote um animal de estimação".

No dia 4 de maio, realizar-se-á a final da chuva de talentos que é um trabalho que as associações de estudantes dos agrupamentos de escolas têm vindo a desenvolver ao longo do ano com as várias eliminatórias.

Nos dias 5 e 6 de maio, haverá diversos momentos musicais com jovens artistas locais e outros do panorama nacional.

O programa será divulgado através das redes sociais da Câmara Municipal.



VEREADORA RAQUEL OLHICAS

A Vereadora Raquel Olhicas fez uma abordagem à assinatura do protocolo da Hospitalização Domiciliária com o Centro Hospitalar do Médio Tejo e Santa Casa da Misericórdia de Abrantes, considerando tratar-se de um facto e de uma assinatura histórica, uma vez que é um assunto que tem vindo a ser conversado desde 2018 e que finalmente vai para o terreno.

Neste momento esta hospitalização em contexto domiciliário, está a correr com muita eficácia e vai ser alargada a mais nove IPSS's do concelho de Abrantes.

Este conceito vai também ser alargado para os concelhos de Mação e Sardoal e hoje à tarde vão ter uma exposição muito clara feita através do Presidente do Conselho de Administração, Professor Casimiro Ramos, pela Dr.ª Fátima Pimenta, Coordenadora do programa, com a colaboração e apoio da Autarquia de Abrantes, porque são apologistas deste programa que tem mais valias para a qualidade do utente, uma vez que não fica na hospitalização convencional, tem os cuidados hospitalares de enfermagem, de reabilitação de especialistas, no âmbito do seu ambiente familiar, evitando alguma descompensação, muitas vezes do foro psiquiátrico e é isso que pretendem evitar. Estão por isso, sempre associados a estas boas iniciativas.



Aproveitou também para destacar uma tertúlia que a UCC está a promover no âmbito da prevenção dos maus tratos na infância em articulação com a CPCJ, que será realizada no dia 20 de abril pelas 18 horas, no Edifício Pirâmide, em Abrantes, com a presença de pessoas especialistas da área. A abertura estará a cargo do Presidente da Câmara Municipal e pretendem fazer esta sensibilização, dado que este é o mês da prevenção dos maus tratos na infância, para esta problemática que é cada vez mais evidente a nível de contexto mundial e nacional.

VEREADOR LUÍS DIAS

O Vereador Luís Dias iniciou a sua intervenção, começando por apresentar os resultados e eventos desportivos mais relevantes:

- Nos dias 14, 15 e 16 de abril, decorreu a Rota Lusitana Concurso Internacional de Dressage - Equitação Rota Lusitana Concurso Internacional de Dressage – Equitação, organizado pela Federação Equestre Portuguesa, com o apoio do Município de Abrantes, em Vale de Ferreiros – Pego;
- Nos dias 15 e 16 de abril decorreu no Estádio Municipal de Abrantes, Atleta Completo Regional 2023 na modalidade de Atletismo:

Sporting Clube de Abrantes

- Laura Agostinho, 1º lugar no Heptatlo no escalão de Sub 16;
- Raúl Sousa, 2º lugar no Pentatlo, no escalão de Sub 14;
- No dia 16 de abril decorreu no Aquapolis Margem Norte, a 1ª Etapa do Circuito de Laser Run com a participação de cerca de 250 atletas nos vários escalões, muitos representando a Casa do Benfica em Abrantes;
- No dia 16 de abril decorreu no Complexo Municipal de Piscinas, o 6º Torneio de Cadetes – Torregi II, com a participação de cerca de 100 atletas, sendo alguns do Clube Náutico de Abrantes.



Apresentou ainda, o programa das Comemorações Oficiais do 49º aniversário do 25 de abril, assim como outras iniciativas desportivas e culturais de relevância territorial para as próximas semanas, conforme planos das respetivas divisões.



VEREADOR VÍTOR MOURA

O Vereador Vítor Moura começou por pedir desculpa pela sua ausência na reunião de câmara anterior, forçada por motivos familiares.

Relativamente à presença e à situação relatada pelo senhor Abílio Dias, questionou se o apoio à construção veio à reunião de câmara para aprovação e se, a tratar-se de uma nova construção e não de requalificação, o projeto foi aprovado, porque aí o requerente teria que provar ser titular do terreno.

Disse que, fazendo fé nas suas palavras, o munícipe poderá recorrer a Tribunal, mas que a autarquia, seguindo todos os trâmites legais, poderá ordenar a demolição. São estas questões que gostaria de ver esclarecidas.



Voltou a referir-se ao antigo Colégio de Fátima, procurando desta vez encerrar o assunto. Disse que, tanto o Presidente da Câmara como a Vereadora Celeste Simão podem retorquir o que diz, porque é um apaixonado pelo diálogo e pela discussão.

Referiu que, pelo que foi dito pela Vereadora Celeste Simão, a Escola D. Miguel de Almeida não se adaptava às necessidades para o ensino básico nesta fase em Abrantes. Disse que até poderá imaginar algumas coisas que poderiam não se ajustar, porventura o mobiliário, as instalações sanitárias e o material didático, e isso poderia implicar um investimento de alguns milhares de euros, mas poderiam ter-se poupado eventualmente 4,9 milhões de euros.

Pediu que a Vereadora Celeste Simão o corrigisse se o seu raciocínio não estiver próximo do seu.



Referiu-se ao caos em que se mergulhando dia a dia o Serviço Nacional de Saúde, para abordar concretamente a Unidade de Saúde de Alferrarede, que chegou a ter 5 médicos e agora, com a aposentação de um médico e com a proximidade de aposentação de outra médica, irá apenas ficar com uma médica a tempo parcial. A equipa de enfermagem está também reduzida. Disse não ser competência da Câmara Municipal, mas a Câmara Municipal também se envolve. Deu exemplo de um município vizinho que está a contratar dois médicos e a dar-lhes um incentivo mensal, suportando esses encargos, tal é a importância que a saúde tem para todos. A Câmara Municipal de Abrantes dá um incentivo mais pequeno e tem outras prioridades, referindo-se às Festas de Abrantes, com oito dias consecutivos, e à Feira de São Matias.



Disse querer chamar a atenção para algumas coisas que os munícipes vêm reclamando, destacando os sanitários que já não funcionam no Aquapolis Norte.

Referiu-se ainda ao facto de há uns anos atrás terem desaparecido duas estátuas e os respetivos pedestais continuarem sem nada, o que não é bom para quem visita Abrantes.

Lembrou ainda os atos de vandalismo que causam vários danos, como as cordas do baloiço ou as instalações sanitárias que foram danificadas.

VEREADOR VASCO DAMAS

O Vereador Vasco Damas começou por citar o seguinte:

"Começo hoje por falar em confiança, palavra várias vezes repetida pelo Senhor Presidente na última reunião. Num dos enquadramentos em que a verbalizou, recuperou a narrativa do "todos sabem quem somos", referindo-se ao seu partido para, em comparação, ressuscitar o fantasma do risco em desconhecer aqueles que não têm uma matriz ideológica porque, de acordo com as suas palavras, "quem não é de ninguém pode ser de quem quiser".

Bom, deixe-me que lhe diga que, nos tempos que correm e com todos os casos que todos os dias se tornam do conhecimento público, a expressão "todos sabem quem somos", ao contrário daquilo que afirma, não gera confiança, mas sim desconfiança, como pode ser confirmado pelo índice de confiança atual que os portugueses têm nos partidos em geral, e no seu partido em particular.

Já em relação ao "quem não é de ninguém poder ser de quem quiser", essa, Sr. Presidente, ao contrário daquilo que pretende insinuar, em vez de ser uma desvantagem, é precisamente a nossa maior vantagem. A liberdade de sermos quem queremos ser e não aquilo que outros querem que sejamos. Respondi-lhe parcialmente na última reunião, mas reforço hoje que não receamos a paternidade das boas ideias, porque, para nós, uma boa ideia, um bom projeto ou um plano estratégico que nos ajude a recuperar o desenvolvimento perdido, terá sempre a nossa concordância e a nossa aprovação.

Para que não subsistam dúvidas, deixe-me mais uma vez recuperar parcialmente aquilo que dissemos no dia 11 de novembro de 2019, dia da nossa apresentação pública:

"Queremos que fique desde já claro que a nossa candidatura não é uma candidatura contra ninguém. A nossa motivação é o "bem comum" de Abrantes e dos Abrantinos, ou seja, da nossa terra e da nossa comunidade, da cidade, das freguesias urbanas, das freguesias rurais, dos que pensam mais "à esquerda", "ao centro" ou "à direita". Tomámos a decisão de nos disponibilizarmos para servir Abrantes e os abrantinos, e criámos este movimento independente, depois de uma profunda reflexão sobre a situação política, económica, social e cultural do concelho. Preocupa-nos os atrasos e os declínios observados no nosso município, assim como a ausência de dinâmicas cívicas e democráticas.

É por isso que a nossa ideologia é óbvia. O nosso "partido" é Abrantes e o nosso movimento guia-se pelos mais nobres princípios éticos e democráticos, procurando conjugar, transversalmente, todas as sensibilidades do espectro político-ideológico.

Fica assim claro que este movimento é independente dos partidos, embora respeite e valorize a existência e a representatividade democrática de todos os partidos, com quem queremos dialogar com franqueza e lealdade.

Procuraremos convergir para soluções locais tão consensuais quanto possível, sem deixarmos de definir prioridades, tomar posições claras e fazer as escolhas necessárias. Temos por isso 2 grandes desígnios para o nosso município: a Democracia e o Desenvolvimento. Uma Democracia ética, aberta, participada, em que todas as opiniões contam, incluindo as discordantes, sem medos, nem condicionamentos. E o

Handwritten signature in blue ink.

Desenvolvimento – económico, social, cultural e ecológico – que seja abrangente, sustentável, harmonioso, com oportunidades e benefícios para todos.

Estamos conscientes das dificuldades que temos pela frente porque conhecemos a inclinação sociológica do concelho, resultado dos interesses cruzados que o interligam. Mas se fosse fácil não seria certamente para nós e é por isso que a assinatura do nosso movimento pretende devolver a confiança aos abrantinos, afirmando sem receios que esta é uma "MISSÃO POSSÍVEL".

Para quem ainda não nos conhecesse e pudesse ter dúvidas, estes somos nós, o Movimento ALTERNATIVA com que trabalha com confiança para devolver a mesma confiança. Um movimento genuinamente independente, assente no altruísmo da cidadania que é constituído por pessoas competentes que têm estado a investir recursos próprios para que Abrantes seja mais e melhor. E, ao contrário do tratamento que temos recebido, não somos inimigos e estamos aqui para o ajudar a ser melhor, muito melhor. No dia em que o Sr. Presidente, ou aqueles que o aconselham, entenderem isto, Abrantes ficará a ganhar."



Em seguida, referiu que a Lei n.º 59/2021, de 18 de Agosto – Regime Jurídico de Gestão do Arvoredo Urbano, determina que "o abate de espécimes arbóreos vivos em domínio público municipal, domínio privado do município ou em domínio do Estado só deve ocorrer quando haja perigo potencial e comprovado por análise biomecânica e/ou de fitossanidade, elaborada por técnico com formação prevista na presente lei, de o arvoredo existente provocar danos na sua envolvente, designadamente em pessoas, vegetação, estruturas construídas e outros bens".

Mais estabelece que "não é permitido abater ou podar árvores e arbustos de porte arbóreo em domínio público municipal, domínio privado do município ou do Estado, sem prévia autorização do município ou do organismo do Estado, e no cumprimento das regras de informação pública, designadamente os prazos de aviso prévio, de acordo com o Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano".

A lei atribui às forças policiais a competência de "fiscalizar os atos de gestão do arvoredo urbano efetuados pelos municípios, juntas de freguesia e demais organismos da administração direta do Estado, devendo as entidades gestoras do arvoredo urbano disponibilizar aos cidadãos formas de envio de queixas ou denúncias por incumprimento da lei". O incumprimento das suas disposições constitui contraordenação, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal a que haja lugar.

Perante o exposto, perguntou se o abate das árvores foi comprovado por análise biomecânica e/ou de fitossanidade, elaborada por técnico com formação prevista na presente lei. Em caso de resposta afirmativa, pediu acesso ao respetivo documento comprovativo.

Perguntou também se foram cumpridas as regras de informação pública, designadamente os prazos de aviso prévio. Em caso de resposta afirmativa, pediu acesso à evidência deste cumprimento.

Questionou igualmente, se existe um Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano e em caso de resposta afirmativa, pediu acesso a este Regulamento.

Questionou ainda, se já foram disponibilizadas aos cidadãos formas de envio de queixas ou denúncias, por incumprimento da lei, às forças policiais com competência para fiscalizar os atos de gestão do arvoredo urbano efetuados pelos municípios e em caso de resposta afirmativa, pediu acesso à evidência destas formas de envio de queixas ou denúncias.



Na sequência da visita em janeiro do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto ao nosso Concelho, tendo a Pousada da Juventude sido uma das infraestruturas que foi visitada e onde foram confirmadas as debilidades do edifício e a necessidade de obras ao nível da estrutura, tendo o Senhor Secretário de Estado afirmado que *"temos condições para dar o pontapé de saída para a intervenção"*, o Vereador Vasco Damas perguntou se entretanto já houve desenvolvimentos relativamente às necessárias obras de reabilitação da Pousada da Juventude.



De acordo com uma notícia exclusiva de um órgão de comunicação social local, a qual passou a citar, *"A Câmara de Abrantes está a avançar com os estudos e projetos para a criação de condições pedonais e para bicicletas entre a rotunda do Olival e o Aquapolis norte e outra com ligação ao Castelo da cidade, através das encostas, e a rua da Barca que fará a ligação ao rio Tejo."*

O presidente da Câmara de Abrantes diz que há a intenção de pedir a desclassificação da Estrada Nacional 2, entre a rotunda do Olho de Boi e a ponte sobre o Tejo para que passem para a gestão do município e, nesse sentido, já está em curso a execução de um estudo para preparar as intervenções quando a Infraestruturas de Portugal fizer a desclassificação deste troço da estrada".

<https://www.antenalivre.pt/regiao/exclusivo-camara-de-abrantes-quer-passadicos-na-encosta-do-castelo-c-audio>

Como esta notícia é do dia 3 de março de 2020, passados mais de três anos, perguntou ao Presidente da Câmara, se podia informar, qual o ponto de situação da desclassificação deste troço da N2 e do estudo e projeto das vias pedonal e ciclável.



Disse que lhe chegou a informação de que um conhecido médico de Abrantes, designadamente, Dr. António Proa, terá conversado várias vezes com o Presidente da Câmara, tendo nessas conversas, manifestado disponibilidade para dar consultas em Mouriscas algumas manhãs por semana, sem condições especiais.

Segundo julga saber, haverá também outro médico reformado a viver em Mouriscas com disponibilidade para dar consultas.

Questionou se o Presidente da Câmara podia confirmar estas situações e se estes dois casos poderiam ajudar a mitigar as carências de médicos de família em Mouriscas e, porventura, também noutras freguesias.



Por último e continuando a falar da Junta de Freguesia de Mouriscas, o Vereador Vasco Damas, disse que na última Assembleia de Freguesia realizada no passado dia 14 de abril, um dos pontos em discussão foi a "*Eleição de um novo tesoureiro*". Esta necessidade deu-se devido à renúncia do tesoureiro que estava a exercer o cargo. Sabendo que um dos motivos que esteve na base dessa renúncia foi a perda de confiança no Presidente da Junta de Freguesia de Mouriscas, perguntou ao Presidente da Câmara se, este facto a juntar a todos os outros factos que estão neste momento a acontecer e que já são do conhecimento público, mantém a confiança política no referido Presidente.

□□

Disse ter ainda mais dois assuntos para abordar, mas, porque já se encontra esgotado o seu tempo de intervenção, deixará para a próxima reunião de câmara.

□□□

PRESIDENTE DA CÂMARA

O Presidente da Câmara respondeu ao Vereador Vasco Damas que tem muita honra em estar ligado ao Partido Socialista. Não tem vergonha nenhuma nisso e disse que estão a dois dias de serem comemorados os 50 anos do Partido Socialista e tem muita honra nisso. Diz habitualmente que é Presidente da Câmara de Abrantes e tudo fará por Abrantes e não é fundamentalista. Haverá sempre decisões do Governo do Partido Socialista com as quais não concorda, porque em primeiro lugar está em Abrantes.

Disse que, como nos clubes, é mais fácil não se ser do lado de alguém, para se ser, quando dá jeito, daquele lado que ganha. Isso é, facto, algo que os distingue.

□□

Respondendo ao Vereador Vitor Moura, disse haver regras a cumprir nas intervenções do público. As pessoas identificam-se e fazem a sua intervenção. A Câmara Municipal responde, mas não se dá aqui lugar a discussões. O que procurou transmitir ao senhor Abílio Dias é que a Câmara Municipal está atenta à situação. A família foi apoiada como dezenas de outras famílias são apoiadas porque, infelizmente, necessitam, seja de bens alimentares, de medicamentos, ou de outras questões estruturais ou habitacionais.

Este apoio destinou-se a corrigir uma situação de inabitabilidade de casa de uma família com crianças pequenas. Os serviços não imaginavam que alguém fosse fazer uma casa de banho em terrenos alheios, até porque seria para ser feita no interior da casa.

O Vereador João Gomes esclareceu que a casa de banho seria dentro de uma casa e que, por esse motivo, não estaria sujeita a licenciamento.

A construção está feita de forma ilegal, mas isso não significa que a Câmara Municipal possa chegar e demolir a construção. Já explicou ao senhor Abílio Dias que há um procedimento legal, no qual se têm que notificar os proprietários que terão prazo para responder.

O Vereador João Gomes disse ter conversado com o senhor Abílio Dias por diversas vezes, quer pessoalmente, quer por telefone. Houve negociações para a aquisição do terreno pela autarquia, mas a situação relatada pelo município, relacionada com os atos que danificaram a viatura da filha do proprietário, veio alterar todo esse processo.

Há a intenção, como foi referido pelo Presidente da Câmara, de se adquirir terrenos (este e outros terrenos confinantes), para, ao abrigo da Estratégia Local de Habitação, se poder reformular aquela zona e criar melhores condições.



O Presidente da Câmara, relativamente aos médicos de família, disse que a autarquia não intervém nos processos de contratação dos médicos, é a ARSLVT. Sabe que já conseguiram chegar a acordo com alguns profissionais de saúde em situação de aposentação.

Quanto à situação concreta apresentada pelo Vereador Vasco Damas, sabe que ainda não foi formalizado acordo com o médico, mas tem esperança que aconteça e que o médico possa voltar a exercer funções.

Disse que a autarquia apoia os médicos de família, através de incentivos, num valor que rondará 100 mil euros.

Acrescentou que a autarquia pretende construir uma nova unidade de saúde familiar (USF) que tenha a capacidade de responder ao norte do concelho e referiu-se ainda ao apoio aos médicos das USF do modelo A até que chegue ao modelo B. Esclareceu que foram aceites as transferências de competências na área da saúde e que os municípios já fazem um grande esforço de ajuda ao SNS para o seu desígnio, mas que não é do município a competência da contratação dos médicos.

Reforçou que isto nada tem a ver com festas e ~~não~~-nada tem a ver com jardins e que não é pelo facto de haver festas que se deixam de apoiar os médicos.



Quanto à Junta de Freguesia de Mouriscas, sublinhou a autonomia entre os órgãos das autarquias, pelo que esta questão compete àquele órgão.

Não retira a confiança política. Há, de facto, alguns acontecimentos. A autarquia acompanha, mas respeita institucionalmente o sucedido.

O Vereador Vasco Damas disse que não confundiu esta questão que apresentou com a autonomia entre os órgãos, ao que o Presidente da Câmara respondeu que tinha essa percepção, apenas quis deixar claro esta posição acerca da separação dos poderes.

No que diz respeito às ciclovias e às estruturas pedonais, esclareceu que têm a ver com as Infraestruturas de Portugal. Além das que são da responsabilidade do município, há no território

✓
Cte

muitas outras infraestruturas rodoviárias da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. A autarquia pretende que alguns troços passem para a gestão municipal. Deu alguns exemplos destas situações e esclareceu que não podem ser iniciados projetos sem que seja contratualizada a transferência, sublinhando que os jornalistas escrevem aquilo que acham que devem escrever.



Sobre a ponte rodoviária, concretamente, disse que a pandemia quebrou o ritmo das negociações, mas que tem, como disse antes da ordem do dia, pendente o agendamento de uma reunião com o Ministro das Infraestruturas, que já era para ter sido realizada, onde seria abordada, entre outros assuntos, esta matéria.

Disse haver um pré projeto de requalificação da Avenida António Farinha Pereira, com passeios, iluminação pública, mas nada disto pode avançar e nada pode configurar como uma candidatura a fundos comunitários.

Disse ser muito importante a execução de uma ciclovia e acesso pedonal entre o Parque de Ciência e Tecnologia de Alferrarede e o Aquapolis Norte, mas que ainda não há projeto porque não pode haver.

Sublinhando a importância das intervenções e a disponibilidade da autarquia para avançar com os projetos, desde que garantidas as condições financeiras, prestou mais algumas informações, secundadas pelo Vereador João Gomes que também abordou a questão dos constrangimentos destes processos.



Relativamente ao abate de árvores, sublinhou que os serviços darão a informação solicitada e esclareceu que ninguém abate árvores sem que existam razões técnicas, devidamente fundamentadas para que isso aconteça, nomeadamente quando há risco para a segurança para das pessoas e para das viaturas.



Quanto à Pousada da Juventude disse ser verdade que apresenta algumas debilidades e que já aconteceram algumas obras, sobretudo por questões que se prendiam com a segurança dos seus utilizadores. A intervenção de fundo ainda não aconteceu. Estava a ser feito um levantamento e procuravam-se os fundos disponíveis para essa intervenção, ao que sabe.



A Vereadora Celeste Simão pediu para usar da palavra para deixar uma resposta a interpelações do Vereador Vítor Moura.

Sobre o número de alunos e sobre a Escola D. Miguel de Almeida, disse que esta escola tem 273 alunos e que, mais 200 alunos, implicaria uma oferta desde o pré-escolar ao ensino profissional de cerca de 500 alunos. Uma situação destas tinha que ser discutida com a comunidade educativa e com os pais e no respeito pelas instituições, no Conselho Geral do Agrupamento e

Handwritten signature

no Conselho Municipal de Educação e posteriormente então com a Câmara Municipal e com a Assembleia Municipal. Não é porque o senhor Vereador do PSD diz que aquilo era uma boa solução que a solução passa a ser boa. Nem é por a Vereadora dizer que é uma má solução, que ela passa a ser má. As soluções têm que ser avaliadas do ponto de vista pedagógico. Estamos a falar muito mais do que mesas e cadeiras e material didático.

A Vereadora Celeste Simão disse que as discussões deste teor são discutidas com as entidades que dominam essa matéria e no respeito por estas instituições.

Falou ainda sobre a Carta Educativa e sobre o seu processo de apreciação e de aprovação.



Depois, relativamente ao referido pelo Vereador Vasco Damas acerca do Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo Urbano, a Vereadora Celeste Simão disse que, efetivamente, porque a lei já saiu, já devia estar concluído. No entanto, ainda há bem pouco tempo, a Associação Nacional de Municípios Portugueses pediu contributos aos municípios sobre aquilo que vai ser um manual de boas práticas que, após a aprovação deste manual, é de deve elaborar esse Regulamento Municipal. Ao mesmo tempo é e vai ser o ICNF a apresentar esse manual que já devia estar aprovado. Aguarda-se que seja definida uma profissão que é de técnico arborista, que neste momento também ainda não está definida. Para não serem feitas de forma desgarrada, está previamente acordado é que será feito no âmbito da Comunidade Intermunicipal Municipal, depois os Municípios poderão aderir a um modelo a seguir para a elaboração deste Regulamento. Portanto, não é um assunto que esteja esquecido.

O Vereador Vítor Moura mostrou-se agradado pela discussão da questão do antigo Colégio de Fátima e da Escola D. Miguel de Almeida. Disse que Vereadora disse que haveria 273 alunos na Escola D. Miguel de Almeida, mas a escola já teve mais de mil alunos.

A Vereadora Celeste Simão esclareceu que, neste momento, a escola não tem capacidade para esse número.

O Vereador Vítor Moura fez mais algumas considerações acerca da escola, fazendo novamente notar a sua posição contra a reabilitação do Colégio de Fátima para Centro Escolar e o valor despendido, em contraponto com a posição favorável do Presidente da Câmara e da Vereadora Celeste Simão, que também foram apresentando as suas justificações.



APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – INTERVENÇÕES

(artigo 57º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Foi adiada para a próxima reunião de câmara, a aprovação da parte da ata relativa às intervenções executivo da reunião anterior.

2
L

ORDEM DO DIA

Conforme consta de documento que se anexa à presente ata
(artigo 53º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

GAP - Nº 01 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, Declaração de Apoio ao Projeto MAGELLAN-500, novo Aeroporto em Santarém. – PG 1031310

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a Declaração de Apoio ao Projeto do novo Aeroporto em Santarém e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



1. Divisão de Gestão das Pessoas

DGP - Nº 01 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, no seguimento de uma informação do Chefe da Divisão de Gestão das Pessoas de 10 de abril de 2023, considerando as decisões recentemente tomadas no que respeita ao serviço de Turismo, entretanto integrado na Divisão do Desenvolvimento Económico, remete para aprovação, alteração do mapa de pessoal atualmente em vigor. – PG 1028977

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alteração ao mapa de pessoal atualmente em vigor, de acordo com a referida informação do Chefe da Divisão de Gestão das Pessoas de 10 de abril de 2023 e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



2. Divisão Administrativa

DA - Nº 01 – Para conhecimento, o Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, apresentou uma informação do Serviço de Notariado da Divisão Administrativa, datada de 04 de abril de 2023, a dar conta que na sequência da hasta pública realizada no passado dia 30 de março de 2023, referente à venda de 8 lotes no loteamento municipal em Bemposta, foram licitados 4, conforme indicados na ata da comissão anexa ao presente processo. – PG 1016854

Tomado conhecimento.



DA - Nº 02 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação do Serviço de Notariado da Divisão Administrativa, datada de 04 de abril de 2023, que remete para aprovação, a venda e respetiva minuta da escritura, do lote 2 do loteamento municipal de Bemposta, com a área de 578 m2, inscrito na matriz sob o artigo 2146, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 00962,

4
Cte

da freguesia de Bemposta, pelo valor de 11.560,00€, a Tiago Miguel Ferreira Salgueiro Dias. – PG 1026413

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a venda do lote 2 do loteamento municipal de Bemposta, com a área de 578 m2, inscrito na matriz sob o artigo 2146, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 00962, da freguesia de Bemposta, pelo valor de 11.560,00€, a Tiago Miguel Ferreira Salgueiro Dias, bem como a minuta da respetiva escritura, delegando-se poderes no Presidente da Câmara para a sua assinatura, ou em quem o substituir.



DA - Nº 03 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação do Serviço de Notariado da Divisão Administrativa, datada de 04 de abril de 2023, que remete para aprovação, a venda e respetiva minuta da escritura, do lote 6 do loteamento municipal de Bemposta, com a área de 396 m2, inscrito na matriz sob o artigo 2020, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 00966, da freguesia de Bemposta, pelo valor de 7.920,00€, a Delphine Carvalho Gerardo. – PG 1026421

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a venda do lote 6 do loteamento municipal de Bemposta, com a área de 396 m2, inscrito na matriz sob o artigo 2020, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 00966, da freguesia de Bemposta, pelo valor de 7.920,00€, a Delphine Carvalho Gerardo, bem como a minuta da respetiva escritura, delegando-se poderes no Presidente da Câmara para a sua assinatura, ou em quem o substituir.



DA - Nº 04 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação do Serviço de Notariado da Divisão Administrativa, datada de 04 de abril de 2023, que remete para aprovação, a venda e respetiva minuta da escritura, do lote 7 do loteamento municipal de Bemposta, com a área de 396 m2, inscrito na matriz sob o artigo 2021, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 00967, da freguesia de Bemposta, pelo valor de 7.920,00€, a Sérgio José Nunes dos Santos. – PG 1026426

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a venda do lote 7 do loteamento municipal de Bemposta, com a área de 396 m2, inscrito na matriz sob o artigo 2021, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 00967, da freguesia de Bemposta, pelo valor de 7.920,00€, a Sérgio José Nunes dos Santos, bem como a minuta da respetiva escritura, delegando-se poderes no Presidente da Câmara para a sua assinatura, ou em quem o substituir.

DA - Nº 05 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação do Serviço de Notariado da Divisão Administrativa, datada de 04 de abril de 2023, que remete para aprovação, a venda e respetiva minuta da escritura, do lote 21 do loteamento municipal de Bemposta, com a área de 408 m2, inscrito na matriz sob o artigo 2035, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 00981, da freguesia de Bemposta, pelo valor de 8.160,00€, a Fernando Lopes de Jesus. – PG 1026429

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a venda do lote 21 do loteamento municipal de Bemposta, com a área de 408 m2, inscrito na matriz sob o artigo 2035, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 00981, da freguesia de Bemposta, pelo valor de 8.160,00€, a Fernando Lopes de Jesus, bem como a minuta da respetiva escritura, delegando-se poderes no Presidente da Câmara para a sua assinatura, ou em quem o substituir.



3. Divisão Financeira

DF - Nº 01 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão Financeira Administrativa, datada de 11 de abril de 2023, que remete para aprovação, os documentos de Prestação de Contas do Exercício 2022, integralmente elaborados nos termos do SNC-AP, e que englobam: - PG

- Relatório de Gestão;
- Demonstrações Financeiras: Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Fluxos de Caixa, Alterações ao Património Líquido, Mapa de Empréstimos e Anexo à DF;
- Demonstrações Orçamentais; Demonstração do Desempenho Orçamental, Execução Orçamental da Receita e da Despesa, Execução do PPI e PAM, Dívidas a Terceiros e Anexo à DO;
- Documentos de Suporte.

Conforme determina o ponto 4.1 das Notas Técnicas da Instrução nº 1/2019, do Tribunal de Contas, identificam-se os factos mais importantes constantes dos documentos de prestação de contas, os quais devem constar da ata:

- **Balanço:**
 - Total do Ativo – 203.403.684,96€;
 - Património Líquido – 191.761.242,07€;
 - Passivo – 11.642.442,89€;
- **Rendimentos e Gastos (DR)**
 - Rendimentos – 30.927.717,44€;
 - Gastos – 31.576.226,69€;
 - Resultado Líquido – 648.509,25€;

2
Oct

- **Recebimento e Pagamentos (DFC):**
 - Recebimentos: 31.117.968,86€;
 - ✓ Operações Orçamentais – 30.720.065,58€;
 - ✓ Operações Tesouraria – 397.903,28€;
 - Pagamentos – 30.958.229,53€
 - ✓ Operações Orçamentais – 30.550.184,49€;
 - ✓ Operações Tesouraria – 408.045,04€;
- **Desempenho orçamental (DDO):**
 - Recebimentos – 30.720.065,58€;
 - Pagamentos – 30.550.184,49€;
- **Saldos Iniciais e Finais do Desempenho Orçamental:**
 - De Operações Orçamentais:
 - ✓ Inicial – 13.018.903,57€;
 - ✓ Final – 13.188.784,66€;
 - De Operações de Tesouraria:
 - ✓ Inicial – 50.917,97€;
 - ✓ Final – 40.776,21€.

Mais propõe, à aprovação, a Aplicação de Resultados do Exercício 2022, no valor global de - 648.509,25€ nos seguintes termos:

- Transferência do restante valor para a Conta 56 Resultados Transitados – - 648.509,25€.

Nos termos do nº 3 do artº 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação da Lei nº 22/2015, de 17 de março, integram o relatório e contas as declarações referidas nas als. a) e b) do nº 1 do referido artº 15º, pelo que as mesmas foram incluídas nos documentos de prestação de contas agora apresentados.

Em cumprimento do disposto no nº 3 do artº 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, segue em anexo Certificação Legal e Parecer sobre as contas, elaborados pelo revisor oficial de contas.

Remete ainda, os documentos de Prestação de Contas enviados pelos Serviços Municipalizados de Abrantes (SMA), aprovados pelo Conselho de Administração em 11 de abril de 2023, dos quais, se identificam os factos mais importantes, conforme determina o ponto 4.1 das Notas Técnicas da Instrução nº 1/2019, do Tribunal de Contas, que deverão constar em ata:

- **Balanço**
 - Total do ativo – 19.701.597,80€
 - Património líquido – 17.211.756,62€
 - Passivo – 2.489.841,18€
- **Rendimentos e Gastos (DR)**
 - Rendimentos – 7.931.187,83€



- Gastos – 8.698.712,17€
- Resultado Líquido – 767.524,34€
- **Recebimentos e Pagamentos (DFC):**
 - Recebimentos: 9.063.378,30€
 - ✓ Operações orçamentais – 6.204.378,86€
 - ✓ Operações tesouraria – 2.858.999,44€
 - Pagamentos: 9.804.490,41€
 - ✓ Operações orçamentais – 6.889.066,05€
 - ✓ Operações tesouraria – 2.915.424,36€
- **Desempenho orçamental (DDO):**
 - Recebimentos – 6.204.378,86€
 - Pagamentos – 6.889.066,05€
- **Saldos Iniciais e Finais do Desempenho Orçamental:**
 - De Operações orçamentais:
 - ✓ Inicial – 1.143.012,18€
 - ✓ Final – 458.324,99€
 - De Operações tesouraria:
 - ✓ Inicial – 1.467.926,30€
 - ✓ Final – 1.411.501,38€

Nos termos do n.º 3 do art.º 15º da Lei 8/2012, de 21/2, na redação da Lei n.º 22/2015, de 17/3 integram o relatório de contas, dos SMA, as declarações referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do referido artigo, pelo que as mesmas foram incluídas nos documentos de prestação de contas apresentado. Estão incluídos nos documentos de prestação de contas a Certificação Legal e Parecer sobre as Contas, elaborados pelo Revisor Oficial de contas.

Apresentam, ainda, a seguinte proposta de aplicação de resultados:

1. O Resultado Líquido do Exercício do ano 2022, no montante de -767.524,34€ seja transferido para a conta 56 – Resultados Transitados.

O Presidente da Câmara antes de colocar o assunto a votação, procedeu à leitura de uma mensagem, cujo documento se anexa à presente ata e se dá por transcrito.

Fez igualmente, uma apresentação gráfica dos dados principais dos documentos de Prestação de Contas do Exercício 2022, do Município de Abrantes e dos Serviços Municipalizados de Abrantes.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do Vereador Vasco Damas, relativamente à Prestação de Contas do Município e o voto contra no que diz respeito à Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Abrantes, aprovar os documentos de Prestação de Contas do Município de Abrantes e dos Serviços Municipalizados de Abrantes do Exercício 2022, integralmente elaborados nos termos do SNC-AP, bem como a aplicação de Resultados do



Exercício 2022, quer do Município de Abrantes e quer dos Serviços Municipalizados de Abrantes, conforme proposto.

Remeter à Assembleia Municipal para apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea I) do nº 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

O Vereador Vítor Moura, referiu que não se opõe à Prestação de Contas do Exercício 2022 da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Abrantes, mas teceu algumas considerações acerca do assunto, referindo-se essencialmente a uma boa notícia, pelo facto de haver mais 97 contadores a funcionar, o que significa que existem menos casas desocupadas no concelho de Abrantes, porventura à custa dos novos emigrantes, mas seja pelo que for, o importante é que há mais gente a morar em Abrantes.

Em relação ao apoio às freguesias, disse que houve um aumento de 15%, mas que se está a fazer uma comparação em relação ao ano anterior e sobretudo com períodos da pandemia, pelo que esses aumentos, para si, não significam nada. Considera que o importante é comparar esses valores, com os valores antes da pandemia, significando isto que o aumento é residual.

Por último, disse que ter as contas certas é bom, diminuir a dívida também são boas notícias, mas não significa que o dinheiro seja bem gasto, porque com contas certas, infelizmente é possível gastar-se o dinheiro onde não é necessário e deixar de se gastar onde o mesmo faz mais falta.

O Vereador Vasco Damas apresentou a seguinte declaração de voto:

"O tempo é manifestamente insuficiente para analisar um documento com esta complexidade (489 páginas) e até parece faltar o documento de Consolidação de Contas 2022.

O Resultado Líquido do Exercício foi negativo – acima de 648 mil euros (pág. 3). Pode esclarecer os motivos deste resultado negativo?

O Absentismo foi muito elevado (págs. 12 e 13), em média cada trabalhador ausentou-se 31,1 dias ao serviço (25,8 dias em 2021). Que motivos explicam tão elevado absentismo e crescimento em 20% (quase 1 semana) de 2021 para 2022?

Na página 15 afirma-se que "O Plano Estratégico Abrantes@2020 constitui o instrumento estrutural e estruturante para a condução da ação do Município de Abrantes ao longo do período de programação 2014-2020. Estando nós em 2022,

- Qual a atualidade ou oportunidade desta afirmação?*
- Qual é o atual instrumento estrutural e estruturante para a condução da ação do Município de Abrantes, uma vez que não existe atualmente um Plano Estratégico do Município?*

O documento faz referência ao programa Abrantes Acessível – Turismo Acessível (pág. 21), aos Apoios ICNF ao Bem Estar Animal 2022 (pág. 22) e à Criação de Ilhas- Sombra no Concelho de Abrantes (pág. 23). Em que consistem estes programas?

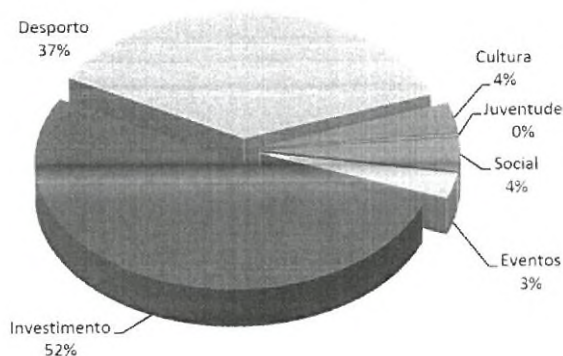
Transferência de Competências e Verbas:

- Educação: A título de Fundo de Financiamento da Descentralização para a área da Educação, foi transferido o montante de 2.680.896,79 €. Já os custos com pessoal, encargos de instalações e manutenção das 4 escolas transferidas foram de 2.769.630,81€, isto é, registou-se um saldo negativo de 88.734,02€, coberto com receitas próprias do Município;

Receitas de IMI desceram em 2022 (0,6%) e Receitas de Derrama estão a descer há 3 anos consecutivos. Confirma que estas quebras na Receita Fiscal, não tendo havido alteração de taxas, refletem uma quebra continuada na atividade económica?

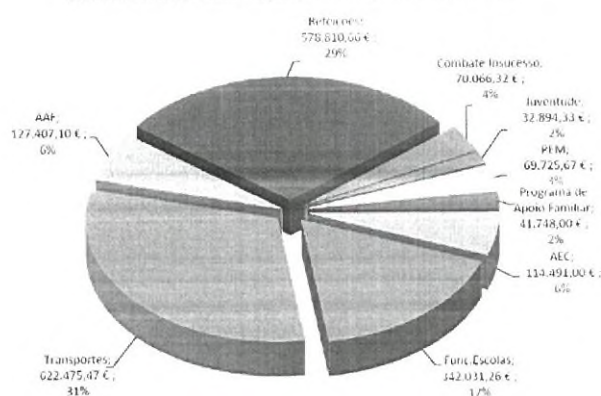
Finabranes – Os apoios à Juventude e Cultura manifestamente insuficientes (e desproporcionais face ao Desporto);

FINABRANTES - Executado p/ Medida - 2022



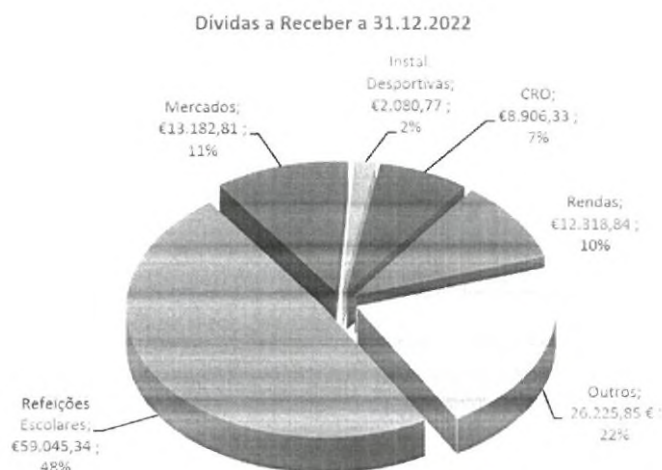
Combate ao Insucesso Escolar – manifestamente insuficiente (e desproporcional face aos Transportes e Refeições Escolares);

Divisão do Conhecimento - Repartição da Despesa Executada - 2022



Cobrança de Refeições Escolares – o que tenciona o Município fazer?

3
et



Relativamente à Certificação Legal das Contas, os auditores afirmam que "a informação preparada pela Entidade ainda não cumpre na totalidade as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, tendo divulgado as razões para esta insuficiência". Pode o Sr. Presidente esclarecer esta situação?

Com base no pouco tempo disponível para analisar um documento com este grau de complexidade e como há dados que nos deixam mais dúvidas que certezas, o Movimento ALTERNATIVA com abstém-se."

O Presidente da Câmara prestou os devidos esclarecimentos, relativamente a algumas questões técnicas que foram apontadas pelo Vereador Vasco Damas.



DF - Nº 02 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 11 de abril de 2023, referindo que, nos termos do ponto 3 da NCP 26 do SNC-AP, as alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. Ainda nos termos da NCP 26 do SNC-AP, as alterações orçamentais modificativas são aquelas que procedem à inscrição de uma nova natureza de receita ou despesa ou da qual resulta o aumento do montante global de receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento em vigor. Face à escalada da subida de preços que temos vindo a constatar desde 2022, sobretudo na aquisição de bens e serviços, com particular incidência no que diz respeito aos preços do fornecimento de energia, gás e combustíveis, verifica-se que as estimativas feitas para encargos com instalações (rubrica dotada em orçamento inicial com 3.263.500,00€) se revelam, manifestamente, insuficientes para cabimentação dos montantes inerentes aos preço base dos procedimentos pré-contratuais que estão a chegar à Divisão Financeira. Do montante inicial, encontram-se cabimentados 2.913.064,85€ e comprometidos 2.771.614,85€, do que resulta um saldo disponível de 350.435,15€.

Ver

Foram, entretanto, submetidos à Assembleia Municipal para autorização de compromisso plurianual, procedimentos pré-contratuais para o fornecimento de energia em Média Tensão e baixa Tensão Especial para diversos equipamentos e edifícios municipais cujos preços base, acrescidos do IVA, estimados para 6 meses de vigência dos mesmos (junho a dezembro de 2023) ascendem a aproximadamente 1.800.000,00€ (incl. IVA).

Analisadas as dotações da despesa ainda disponíveis noutras rubricas económicas, verifica-se que, face ao montante de reforço necessário, a sua desoneração, em sede de proposta de alteração orçamental, comprometeria grande parte de outras despesas essenciais ao funcionamento dos serviços municipais e infraestruturas sob competência do Município.

Assim, sugere-se que o reforço se faça por incorporação de parte do saldo da gerência de 2022 (2.000.000,00€, do montante global de 13.188.784,66€), por contrapartida do reforço da rubrica da despesa do ExtraGOP - 02.02.01 – Encargos de Instalações, através da 1ª revisão orçamental do ano 2023.

Neste sentido, remete para aprovação, os documentos relativos à 1ª proposta de revisão orçamental do ano 2023. – PG 1029482

Deliberação: Por unanimidade, aprovar os documentos relativos à 1ª proposta de revisão orçamental do ano 2023, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 11 de abril de 2023 e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

O Vereador Vítor Moura solicitou um esclarecimento sobre a incorporação do valor de 2.000.000,00€ ao saldo de gerência.

O Presidente da Câmara esclareceu que a necessidade de incorporação do referido montante relativo ao saldo da gerência, teve por base os preços base dos cadernos de encargos recebidos na Divisão Financeira para abertura de procedimentos pré-contratuais, para o fornecimento de energia elétrica, para diversos edifícios e equipamentos municipais.

A previsão orçamental inicial teve por referência os contratos que estavam em vigor à data, sendo que, entretanto, se verificou aumento de consumos relativos às infraestruturas e equipamentos transferidos no âmbito da saúde.

A Divisão de Obras Públicas também optou por manter valores de referência elevados, embora seja expectável que as propostas apresentem montantes substancialmente mais baixos.

De qualquer forma para abertura dos procedimentos o montante tem de ser cabimentado pela totalidade.



DF - Nº 03 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 05 de abril de 2023, que no seguimento de um pedido do GAP/GAF, remete para aprovação, despesa no montante total de 165.000,00€, para celebração de contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia de Abrantes e Alferrarede, Aldeia do Mato e Souto, Bemposta, Mouriscas, S. Facundo e Vale das Mós, Rio de Moinhos, Tramagal, Carvalhal, Fontes e Pego em matéria de proteção civil. - 1027187

re
ut

Deliberação: Por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, para que ao abrigo da alínea k) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, autorize a celebração dos referidos contratos interadministrativos, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 05 de abril de 2023.



DF - Nº 04 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 06 de abril de 2023, que no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão do Conhecimento, de 31 de março de 2023, dá conta que, uma vez que o montante agora estimado para abertura de procedimento para 'Fornecimento de Refeições para as Escolas do Concelho de Abrantes', pelo prazo de 3 anos, é substancialmente superior ao que havia sido anteriormente indicado (660.639,10€/ano, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor) e submetido, à aprovação da Assembleia Municipal, para autorização da assunção de compromisso plurianual ao abrigo do disposto na al. c) do nº 1 do artº 6º da LCPA, torna-se necessário reenvio de pedido ao órgão deliberativo para o mesmo efeito. A despesa agora estimada ascende a 975.000,00€/ano, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se a ele houver direito, o que corresponde a um total de 2.925.000,00 €, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para celebração de contrato pelo prazo de três anos. – PG 1025950

Deliberação: Por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal para autorização da assunção de compromisso plurianual para "Fornecimento de Refeições às Escolas do Concelho de Abrantes", conforme previsto na al. b) do nº 3 do artº 3º da LCPA e em cumprimento do disposto na al. c) do nº 1 do artº 6º do mesmo diploma legal e nos termos e com os fundamentos da informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 06 de abril de 2023, e da Chefe da Divisão do Conhecimento, de 31 de março de 2023.



DF - Nº 05 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 06 de abril de 2023, que no seguimento de um pedido do Serviço de Proteção Civil, remete para aprovação, despesa no montante de 6.000,00€ (1.500,00€/associação), para celebração de 4 protocolos de colaboração, no âmbito do DECIR, com Associações de Caçadores do concelho que possuem kits de primeira intervenção, a saber: - Associação de Caçadores de Mouriscas; - Associação de Caçadores de Martinchel, - Associação de Caçadores de São Facundo e Vale das Mós; - Associação de Caçadores de Arreciadas.

Remete igualmente para aprovação, as respetivas minutas de protocolo. – PG 1027604

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a despesa no montante de 6.000,00€ (seis mil euros), bem como as respetivas minutas de protocolo de colaboração, delegando-se poderes no Presidente da Câmara para a sua assinatura.



DF - Nº 06 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 06 de abril de 2023, que no seguimento de um pedido da Divisão de Cultura, remete para aprovação, proposta de preço de inscrição/pessoa, no valor de 50,00€ (incl. IVA), nas 4 oficinas de cerâmica que irão decorrer no MIAA entre os dias 18 e 21 de abril de 2023, em horário pós-laboral e que serão ministradas pelo ceramista Heitor Figueiredo, que expôs recentemente no MIAA. – PG 1026741

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida proposta de preço de inscrição/pessoa no valor de 50,00€ (incl. IVA), de acordo com a citada informação da Chefe da Divisão Financeira, de 06 de abril de 2023.



DF - Nº 07 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 15 de março de 2023, remete para ratificação do órgão executivo, o seu despacho com a mesma data, que aceitou os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário do procedimento aberto para "Aquisição de Serviços de Manutenção da Rede Secundária Defesa da Floresta Contra Incêndios - Faixas de Gestão de Combustível Confinantes com a Rede Viária Municipal e Manutenção de Rede Viária Florestal – 3.ª Ordem', Lote 2" e autorizou a notificação e disponibilização dos mesmos na plataforma de contratação eletrónica. – PG 1018105

Tratando-se de competência da Câmara Municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Presidente da Câmara, essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho do Presidente da Câmara, de acordo com a informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 15 de março de 2023.



DF - Nº 08 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 11 de abril de 2023, que no âmbito da organização do Festival das Juventude(s) 2023, apresentou a Divisão do Conhecimento - Juventude, a seguinte proposta:

- Que a compra e venda de bebidas a efetuar nos quiosques a instalar no local (Parque Urbano de S. Lourenço) fique sob responsabilidade das Associações de Estudantes do concelho;
- Que, os pagamentos relativos à venda das bebidas sejam feitos por MBWAY através da APP desenvolvida pelo Serviço de Desenvolvimento Aplicacional do Município especificamente para o evento;



- Que a arrecadação dos montantes das vendas a esse título, sejam canalizados para uma conta bancária municipal, uma vez que as referidas transações MBWAY através da APP têm de ter por base uma única conta bancária;
- Que o valor resultante das vendas seja posteriormente apurado e repartido equitativamente pelas Associações de Estudantes que irão participar.

Mais sugere que a conta bancária a utilizar seja uma das contas de Operações de Tesouraria do Município. – PG 1025062

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 11 de abril de 2023.



DF - Nº 09 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 12 de abril de 2023, dando conta que, decorrido o período de audiência prévia ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento para "Fornecimento contínuo de gás natural, ao abrigo do Acordo Quadro de Fornecimento de Gás, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - CPCC/04/2022, Lote 1 – Gás Natural Canalizado", sem que tenha havido qualquer pronuncia, elaborou o júri do procedimento relatório final no qual sugere adjudicação à firma "EDP COMERCIAL – COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.", pelo valor unitário de 0,082899 €/KWh, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, até ao montante de 99.544,67€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para o período de vigência do contrato.

Remete igualmente para aprovação, a minuta do respetivo contrato. – PG 994934

Deliberação: Por unanimidade, adjudicar o procedimento para "Fornecimento contínuo de gás natural, ao abrigo do Acordo Quadro de Fornecimento de Gás, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - CPCC/04/2022, Lote 1 – Gás Natural Canalizado", à firma "EDP COMERCIAL – COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.", pelo valor unitário de 0,082899 €/KWh, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, até ao montante de 99.544,67€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 12 de abril de 2023.

Aprovar a minuta do respetivo contrato, delegando-se poderes no Presidente da Câmara para a sua assinatura.



DF - Nº 10 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 12 de abril de 2023, que no seguimento do pedido da Equipa do Finabran

Handwritten signature

Do referido montante, 31.527,45€ referem-se à proposta de aprovação das candidaturas, apresentadas pelas seguintes entidades, após reapreciação da equipa técnicas das mesmas na sequência de reclamação em sede de audiência prévia à decisão inicial de não aprovação das mesmas:

- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB/JI de Rossio ao Sul do Tejo: 3.114,00€;
- Associação de Pais Encarregados de Educação do Pego: 4.936,40€;
- Centro de Apoio a Idosos da Freguesia de Rio de Moinhos: 8.994,00€;
- Cornucópia de Talentos: 5.703,50€;
- Human Coop, CRL: 5.529,95€;
- Centro Social de Alferrarede - 3.250,00€.

Os restantes 9.756,16€, referem-se à proposta de reforço das candidaturas aprovadas para as entidades:

- Associação Vidas Cruzadas - 7.200,00€;
- Cruz Vermelha Portuguesa Centro Humanitário Abrantes-Tomar - 2.556,16€. – PG 980480

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a despesa no montante total de 41.283,61€ (quarenta e um mil duzentos e oitenta e três euros e sessenta e um centimos), nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 12 de abril de 2023.



4. Divisão do Conhecimento

DC - Nº 01 – Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, referente a uma informação da Chefe da Divisão do Conhecimento, datada de 03 de abril de 2023, que no âmbito da realização da 2ª edição do Festival das Juventudes e da sua vertente de sustentabilidade ambiental em que apenas serão vendidas bebidas, durante o Festival, a quem adquirir o copo reutilizável do Festival, remete para aprovação, proposta de venda, dos referidos copos, às associações e agrupamentos de escuteiros no valor de 0,25€/cada. A aquisição será feita à consignação pelo que o município não irá cobrar pelos copos não vendidos.

Sugere ainda, que atendendo ao trabalho inerente à gestão e venda dos copos por parte das associações e agrupamentos, que a venda ao público seja no valor de 0,50€/cada, sendo que o lucro resultante reverterá para as referidas entidades. – PG 1025050

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão do Conhecimento, de 03 de abril de 2023.

Aut

DC - Nº 02 – Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, no seguimento de uma informação do Serviço de Juventude, datada de 10 de abril de 2023, remete pedido de autorização para início do procedimento que visa a alteração do Regulamento da Câmara dos Jovens. – PG 1029254

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a pretensão, nos termos e com os fundamentos da referida informação do Serviço de Juventude, de 10 de abril de 2023.



5. Divisão do Urbanismo

DU - Nº 01 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação do Chefe da Divisão de Urbanismo, datada de 05 de abril de 2023, acerca de vistoria realizada a uma imóvel, sito na Rua da Quinta da Feia, em Aldeinha, Rio de Moinhos, Abrantes, requerida por Maria Rosa da Costa Correia, que conclui pela inexistência das condições mínimas de inabitabilidade do imóvel, decorrente da insalubridade e, sobretudo, da manifesta insegurança diagnosticada. – PG 774312

Deliberação: Por unanimidade, face às conclusões constantes do relatório técnico da Comissão de Vistorias, a Câmara Municipal deliberou:

- Notificar a proprietária e fixar o prazo máximo de 90 (noventa) dias para a execução dos trabalhos necessários de modo a dotar o imóvel das condições mínimas de habitabilidade, nos termos previstos pelo nº 3 do Artigo 89º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação), alertando-se que o incumprimento por esta intimidação será punível como contraordenação (nos termos da alínea s) do nº 1 do Artigo 98º do mesmo RJUE) e constituirá o crime de desobediência previsto no Artigo 348º do Código Penal (nos termos do nº 1 do Artigo 100º conjugado com o nº 3 do Artigo 102º, ambos do mesmo RJUE) havendo, nesse caso, que ser participado ao Ministério Público;
- Considerando como incompatível a execução de tais obras com a vivência do imóvel mas, sobretudo, porque se considera que as atuais condições deste colocam em risco a saúde pública (face às condições de insalubridade) e, principalmente, a segurança de pessoas e bens (designadamente por risco de electrocução e, consequentemente, incêndio), a Câmara Municipal ordena o despejo administrativo com efeito imediato, nos termos do nº 1 (conjugado com o nº 4) do Artigo 92º do mesmo RJUE.

À Divisão de Urbanismo para proceder em conformidade.

cr
Gu

DU - Nº 02 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, no seguimento de uma informação do Chefe da Divisão de Urbanismo, datada de 04 de abril de 2023, que propõe a declaração da caducidade do licenciamento, relativamente ao pedido de licenciamento das obras de alteração de edifício de comércio – renovação de licença, sito na Rua da Cerâmica, em São Miguel do Rio Torto, na União de Freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo, Abrantes, requerido por João Paulo Ruivo Matias. – PG 357717

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, e dos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da referida licença (sob a forma de renovação), nos termos do nº 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, pelos factos constantes do nº 2 do mesmo artigo, por não haver o interessado requerido a emissão do competente título no prazo legalmente conferido para o efeito.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias úteis, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Mais informar que se, após o decurso do prazo da audiência prévia, nada for dito ou não contribuir eventual pronúncia para reverter o sentido da decisão, a presente deliberação converter-se-á em definitiva.

À Divisão do Urbanismo para proceder em conformidade.



DU - Nº 03 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, no seguimento de uma informação do Chefe da Divisão de Urbanismo, datada de 04 de abril de 2023, que propõe a declaração da caducidade do licenciamento relativamente ao pedido de licenciamento para construção de pavilhão para eventos turísticos, a levar a efeito em Torre de Baixo, em Pego, Abrantes, requerido por VDF – Vale de Ferreiros, Agro-Turismo, Lda. – PG 715755

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, e dos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da referida licença, nos termos do nº 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, pelos factos constantes do nº 2 do mesmo artigo, por não haver a interessada requerido a emissão do competente título no prazo legalmente conferido para o efeito.



Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias úteis, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Mais informar que se, após o decurso do prazo da audiência prévia, nada for dito ou não contribuir eventual pronúncia para reverter o sentido da decisão, a presente deliberação converter-se-á em definitiva.

À Divisão do Urbanismo para proceder em conformidade.



DU - Nº 04 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, no seguimento de uma informação do Chefe da Divisão de Urbanismo, datada de 04 de abril de 2023, relativamente ao pedido de licenciamento para legalização e alteração de edificações existentes, a levar a efeito em Rua Dom João IV, nº 29, em Abrantes, requerido por Carlos Filipe de Brito Pereira - Cabeça de Casal da Herança de Maria Teresa Brito. – PG 500310

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, e dos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da referida licença, nos termos do nº 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, pelos factos constantes do nº 2 do mesmo artigo, por não haver o interessado requerido a emissão do competente título no prazo legalmente conferido para o efeito.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias úteis, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Mais informar que se, após o decurso do prazo da audiência prévia, nada for dito ou não contribuir eventual pronúncia para reverter o sentido da decisão, a presente deliberação converter-se-á em definitiva.

À Divisão do Urbanismo para proceder em conformidade.



6. Serviços Municipalizados de Abrantes

SMA - Nº 01 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação dos Serviços Municipalizados de Abrantes, que remete para aprovação, a 1ª Revisão Orçamental de 2023, a qual visa a incorporação do saldo da gerência anterior, no montante de

458.324,99€ e que foi aprovada por unanimidade pelo Conselho de Administração dos SMA, em reunião do dia 10 de abril de 2023. – PG 1027708

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida revisão e submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



SMA - Nº 02 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação dos Serviços Municipalizados de Abrantes, de 04 de abril de 2023, que remete para aprovação, proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, com vista à inclusão de 3 lugares para Assistentes Operacionais, área funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, para a área de intervenção Abastecimento de Água e que mereceu aprovação do Conselho de Administração em reunião de 10 de abril de 2023. – PG 1025298

Deliberação: Por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal para aprovação da proposta de alteração ao quadro de pessoal dos Serviços Municipalizados de Abrantes, nos termos indicados na referida informação dos Serviços Municipalizados de Abrantes, de 04 de abril de 2023.



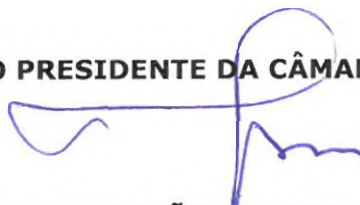
Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas doze horas e dezoito minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa a redigiu e também a assina.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA





Câmara Municipal de Abrantes

Reunião ordinária pública de 18 de abril de 2023

Divulgação da ordem do dia

Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis, Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, torna público que, nos termos da alínea o) do nº 1 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, estabeleceu a seguinte ordem do dia para a reunião ordinária da Câmara Municipal de Abrantes, que se realizará no dia 18 de abril de 2023, com início às 09,30 horas, no auditório do Edifício Pirâmide, em Abrantes:

- I. Período de intervenção aberto ao público
- II. Intervenções dos membros do executivo antes da ordem do dia
- III. Aprovação da ata da reunião anterior
- IV. **Ordem do dia**
 - Declaração de Apoio ao Projeto MAGELLAN-500, novo Aeroporto em Santarém – para aprovação e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.
 - Alteração do mapa de pessoal atualmente em vigor – para aprovação submeter à aprovação da Assembleia Municipal.
 - Hasta pública realizada no passado dia 30 de março de 2023, referente à venda de 8 lotes no loteamento municipal em Bemposta, foram licitados 4 lotes – para conhecimento.
 - Venda e respetiva minuta da escritura, do lote 2 do loteamento municipal de Bemposta, com a área de 578 m², inscrito na matriz sob o artigo 2146, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 00962, da freguesia de Bemposta, pelo valor de 11.560,00€ - para aprovação.
 - Venda e respetiva minuta da escritura, do lote 6 do loteamento municipal de Bemposta, com a área de 396 m², inscrito na matriz sob o artigo 2020, descrito na Conservatória

do Registo Predial de Abrantes sob o número 00966, da freguesia de Bemposta, pelo valor de 7.920,00€ - para aprovação.

- Venda e respetiva minuta da escritura, do lote 7 do loteamento municipal de Bemposta, com a área de 396 m², inscrito na matriz sob o artigo 2021, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 00967, da freguesia de Bemposta, pelo valor de 7.920,00€ - para aprovação.
- Venda e respetiva minuta da escritura, do lote 21 do loteamento municipal de Bemposta, com a área de 408 m², inscrito na matriz sob o artigo 2035, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 00981, da freguesia de Bemposta, pelo valor de 8.160,00€ - para aprovação.
- Prestação de Contas do Exercício 2022, integralmente elaborados nos termos do SNC-AP – para aprovação e submeter à Assembleia Municipal para apreciação e votação.
- 1ª proposta de revisão orçamental do ano 2023 – para aprovação e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.
- Celebração de contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia de Abrantes e Alferrarede, Aldeia do Mato e Souto, Bemposta, Mouriscas, S. Facundo e Vale das Mós, Rio de Moinhos, Tramagal, Carvalhal, Fontes e Pego em matéria de proteção civil – para aprovação e submeter à Assembleia Municipal para autorização.
- Abertura de procedimento para 'Fornecimento de Refeições para as Escolas do Concelho de Abrantes', pelo prazo de 3 anos, é substancialmente superior ao que havia sido anteriormente indicado (660.639,10€/ano, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor) – submeter à Assembleia Municipal para autorização.
- Celebração de 4 protocolos de colaboração, no âmbito do DECIR, com Associações de Caçadores do concelho que possuem kits de primeira intervenção, a saber: - Associação de Caçadores de Mouriscas; - Associação de Caçadores de Martinchel, - Associação de Caçadores de São Facundo e Vale das Mós; - Associação de Caçadores de Arreciadas – para aprovação.
- Preço de inscrição/pessoa, no valor de 50,00€ (incl. IVA), nas 4 oficinas de cerâmica que irão decorrer no MIAA entre os dias 18 e 21 de abril de 2023 – para aprovação.
- Despacho do Presidente da Câmara, que aceitou os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário do procedimento aberto para “Aquisição de Serviços de Manutenção da Rede Secundária Defesa da Floresta Contra Incêndios - Faixas de Gestão de Combustível Confinantes com a Rede Viária Municipal e Manutenção de Rede

Viária Florestal – 3.ª Ordem', Lote 2" e autorizou a notificação e disponibilização dos mesmos na plataforma de contratação eletrónica – para ratificação.

- Proposta no âmbito da organização do Festival das Juventude(s) 2023 – para aprovação.
- Adjudicação do procedimento para 'Fornecimento contínuo de gás natural, ao abrigo do Acordo Quadro de Fornecimento de Gás, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - CPCC/04/2022, Lote 1 – Gás Natural Canalizado' – para aprovação.
- Candidaturas apresentadas ao Finabran

Cet

Abrantes, 13 de abril de 2023



Manuel Jorge Valamatos
Presidente da Câmara

Mensagem do Presidente

2
Cet

Após dois anos muito marcados por uma pandemia à escala global, com repercussão e impacto social, económico, cultural e histórico sem precedentes, iniciámos o ano de 2022 com grande expectativa e otimismo na retoma social e económica do nosso concelho.

Nos primeiros meses do ano, os sinais de retoma eram promissores, até que este processo de recuperação foi abalado pela invasão da Rússia à Ucrânia. De um dia para o outro, aquele que perspectivávamos como sendo o ano de recuperação, transformou-se num ano que passará a figurar nos livros de história mundial pelo regresso da guerra à Europa, 70 anos após o último conflito.

Esta nova realidade, inesperada e de duração incerta, não se limitou aos países que combatem esta guerra. Rapidamente, por toda a Europa começou a sentir-se a pressão inflacionária, sobretudo nos preços da energia, do gás e outros combustíveis, das matérias-primas e produtos alimentares e de outros bens e serviços. A subida acentuada do preço dos fatores energéticos contagiou toda a economia e esteve na base do aumento de preços ao nível do consumo e da produção com graves consequências para as famílias, empresas e também com um impacto muito significativo na gestão municipal. Com efeito, estes aumentos generalizados foram decisivos para que o resultado líquido deste exercício seja negativo em cerca de 650 mil euros.

Durante o exercício, o Município poderia ter adotado medidas compensatórias para lidar com este aumento extraordinário da despesa, mas essa decisão traria ainda um maior impacto nas famílias e empresas, pelo que optámos por privilegiar a defesa da comunidade em prol dos resultados financeiros, tal como já tínhamos feito durante a pandemia, onde investimos mais de 1,2 milhões de euros na implementação de medidas extraordinárias de apoio às famílias, empresas e instituições locais.

Fizemo-lo porque mesmo em situações muito complexas e desafiantes como as que vivemos, temos as condições e a margem financeira necessária para corresponder às necessidades da nossa comunidade. Uma política de “contas certas” reconhecida com o 2.º e 6.º lugares nos últimos Anuários Financeiros dos Municípios Portugueses, cuja

execução técnica contou com o apoio especializado de instituições como a Ordem dos Contabilistas Certificados ou o Tribunal de Contas.

Neste cenário, e dando continuidade à política de democratização do território e de desenvolvimento da nossa comunidade, durante o ano de 2022, **investimos de forma direta cerca de 2,4 milhões de euros nas 13 freguesias do nosso concelho**, registando-se um crescimento de 15% em relação a 2021, fazendo deste o maior investimento de sempre nas nossas freguesias.

Além de todo o investimento corrente, **reforçámos a atribuição dos kits de primeira intervenção contra incêndios**, agora também disponível nas Freguesias de Fontes e Pego, totalizando 10 freguesias abrangidas pela iniciativa.

Mantendo a **preocupação com os nossos idosos**, e no âmbito do programa PARES, **apoiámos a construção das Estruturas Residências para Pessoas Idosas (ERPI'S)** desenvolvidas pela **Associação a Mó e a Água (Vale das Mós)** e pela **Santa Casa da Misericórdia de Abrantes**; assim como os projetos de remodelação das instalações da **ACATIM** - Associação Comunitária de Apoio à Terceira Idade de Mouriscas e do **Centro de Solidariedade Social da Freguesia do Souto**; e o projeto "**Centro Social do Rossio Renovado e +Seguro**", desenvolvido pelo Centro Social Paroquial de Rossio ao Sul do Tejo.

A defesa daqueles que já tanto deram à nossa comunidade ao longo de uma vida inteira de trabalho é uma responsabilidade de toda a nossa comunidade, e na qual continuaremos a trabalhar com convicção, dentro das nossas competências legais. Como bom exemplo temos o nosso **programa de incentivo à fixação de médicos, no qual investimos mais de 100 mil euros**.

Em **anos tão difíceis para as nossas coletividades e associações**, temos vindo a responder com **aumentos recorrentes dos apoios no âmbito do programa FinAbrantes**, que em **2022 teve o maior investimento de sempre, com mais de 924 mil euros** investidos no fortalecimento destas instituições que prestam um extraordinário serviço à nossa comunidade, em áreas como a cultura, social, desporto ou juventude. **Introduzimos ainda no FinAbrantes a "medida investimento" que teve grande adesão e reconhecimento por parte das nossas coletividades** e que permitiu a recuperação e

2
Cet

manutenção das infraestruturas que são fundamentais para criar as melhores condições, bem como, a possibilidade de aquisição de novos equipamento e viaturas.

Em Abrantes, consideramos que a **educação é essencial para o desenvolvimento do nosso concelho e para o futuro da nossa comunidade, razão pela qual a nossa divisão do conhecimento é aquela onde mais investimos.**

No **início do ano letivo 2022/2023**, tivemos a satisfação e o orgulho de iniciarmos as aulas no **novo Centro Escolar de Abrantes - Escola Básica Maria de Lourdes Pintasilgo - e na Escola Básica de Alvega**, que sofreu uma profunda requalificação. Duas infraestruturas que agora estão ao serviço da nossa comunidade educativa e que representaram um investimento superior a 4,1 milhões de euros no futuro da educação dos nossos jovens.

É um **orgulho extraordinário** percebermos que **Abrantes tem já hoje um parque escolar de excelência**, ao nível do melhor que existe no país, mas o **trabalho em infraestruturas está ainda longe de estar concluído**. Neste momento estamos a trabalhar na requalificação da **Escola Básica e Secundária Octávio Duarte Ferreira**, em Tramagal e no grande projeto da construção da nova **Escola Superior de Tecnologia de Abrantes (ESTA)**, a instalar no complexo do Parque de Ciência e Tecnologia, que permitirá que a ESTA tenha um edifício moderno, capaz de corresponder a todas as exigências do que é o ensino superior do futuro, e do qual recebemos já parecer favorável da Direção Geral do Ensino Superior.

Mas o investimento neste **grande desígnio municipal não fica apenas pelas infraestruturas físicas**, já que **temos vindo a realizar fortes investimentos nos transportes escolares, nas refeições escolares, nas atividades de apoio às famílias no pré-escolar, ou nas AEC's**, entre muitas outras iniciativas educativas e de combate ao insucesso escolar.

Este ano ficou marcado por mais um importante passo na concretização do nosso extraordinário projeto dos **Museus de Abrantes** e com a inauguração de uma nova dinâmica da **Galeria Municipal**, que nos **permitiu devolver o espaço ao usufruto da nossa comunidade artística**.

O QuARTel – Galeria Municipal de Arte de Abrantes, fica inserido na rede de Museus de Abrantes, juntando-se ao Museu Metalúrgica Duarte Ferreira, ao Panteão dos Almeida - que durante este ano recebeu duas distinções internacionais - e ao MIAA – Museu Ibérico de Arqueologia e Arte.

Infraestruturas de excelência, que em 2022 mereceram inclusivamente uma visita do Senhor Presidente da República, que considerou a nossa rede de museus como “maravilhosa” e do “mais avançado que tenho visto em termos de museologia”.

A esta nossa constelação de museus, brevemente juntar-se-á o MAC – Museu de Arte Contemporânea Charters de Almeida, que contamos terminar nos próximos meses, ficando assim concluída a nossa Rede de Museus de Abrantes. O concelho de Abrantes passará a ter um produto cultural integrado no nosso centro histórico e na vila do Tramagal e que tem um interesse turístico incontornável para a nossa região. Num futuro próximo, será ainda complementado pelo Cineteatro São Pedro e pela reconversão do antigo mercado diário em Pavilhão Multiusos que em conjunto darão uma grande dinâmica ao nosso turismo e ao concelho.

Durante o ano de 2022 tivemos a **retoma em grande força das atividades culturais nas quais temos tanta tradição**, como é o caso das **Festas de Abrantes**, da **Feira Nacional Doçaria**, da **Feira de São Matias**, do **Festival de Filosofia**, do **Torneio Internacional de Iniciados**, ou do **Festival ao Alto**, ao qual se juntaram iniciativas mais recentes como o **Congresso do Desporto** ou o **Festival das Juventudes**. Iniciativas que trazem muitos visitantes a Abrantes e que são um grande impulso para a nossa economia local e nas quais continuaremos a apostar com convicção.

Quero deixar uma palavra de agradecimento a todos os trabalhadores do Município pelo **envolvimento, dedicação e responsabilidade**, que são fundamentais no processo de desenvolvimento do concelho. Uma **palavra também para as Juntas de Freguesia**, seus Presidentes e executivos, e seus trabalhadores, bem como para as mais diversas forças vivas locais, pela **proximidade e colaboração**. Todos juntos, já provamos que conseguimos ultrapassar as maiores adversidades e com a união que nos caracteriza vamos continuar a fazer mais e melhor pelo nosso concelho, como Abrantes e os Abrantinos merecem. A união faz Abrantes!